



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

rbe@anped.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Educação
Brasil

França Carvalho, Jean Marcel

Imagens do Brasil nas relações de viagem dos séculos XVII e XVIII

Revista Brasileira de Educação, núm. 15, noviembr-diciembr, 2000, pp. 7-15

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501502>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Imagens do Brasil nas relações de viagem dos séculos XVII e XVIII

Jean Marcel Carvalho França

Universidade Estadual Paulista
Campus de Assis

No livro V de *Pantagruel* (Capítulo XXX), atribuído a François Rabelais, há um personagem bastante curioso de nome *Ouvir-Dizer* (Ouvir-Dizer). Habitante de uma tal *Île de Satin*, Ouvir-Dizer é cego e não tem pernas, mas possui grandes orelhas e uma goela enorme, de onde saem sete línguas. Sempre cercado de homens e mulheres ávidos por conhecimento, o bizarro personagem, auxiliado por uma mapa-múndi, discorre com desenvoltura desconcertante, em sete idiomas diferentes, sobre os assuntos mais variados: as pirâmides do Egito, o Nilo, a Babilônia, os Canibais, os Pigmeus etc. Tanta sapiência, no entanto, tem uma razão de ser. Ouvir-Dizer mantém trabalhando para si, escondidos atrás de uma tapeçaria, uma plêiade de *modernos historiadores*, entre os quais se encontram *Marc Paule* (Marco Pólo) e o nosso muito conhecido *Pietre Aliares* (Pedro Álvares). É graças ao testemunho de homens como esses que o sábio pode dar notícias de terras longínquas que ele nunca visitou.

A história de Ouvir-Dizer, inserida nas aventuras de *Pantagruel*, publicadas em 1572, ilustra exemplarmente o prestígio que então gozava – e que continuaria a gozar por pelo menos mais dois séculos e meio – o

testemunho dos exploradores daquelas terras exóticas e distantes que a expansão marítima começava a integrar ao mundo europeu. Foi num relato escrito por um desses aventureiros, de nome Nicolas Barré, que Michel de Montaigne buscou subsídios para redigir o famoso capítulo dos seus *Ensaaios* (1580/1588) dedicado aos canibais do Novo Mundo. O mesmo procedimento tomou Marc Lescarbot ao compor o seu longo libelo em defesa da colonização francesa do continente americano, intitulado *História da Nova França* (1609). A sua extensa abordagem da desastrosa França Antártida, isto é, do projeto francês de instalar uma colônia na Baía de Guanabara (1555-1557), reproduz trechos inteiros dos relatos de viagem de Nicolas Barré, André de Thevet e Jean de Lery, aventureiros que haviam estado no lugar em companhia do Cavaleiro de Villegagnon. Dezesesseis anos mais tarde, em 1625, outro historiador das Índias Ocidentais, o holandês Joannes Laet, autor da bastante conhecida *História do Novo Mundo*, tratando igualmente do Rio de Janeiro, recorre mais uma vez a Jean de Lery, complementando as notas extraídas do relato do genebrino com trechos inteiros retirados da narrativa de um viajante batavo, de nome Dierick Ruiters, que pas-

sara pelo Brasil entre 1617 e 1618. Um século e meio mais tarde, em 1770, é ainda aos relatos de exploradores e aventureiros sobre terras distantes que recorre o Abade Raynal para compor a sua leitura iluminista da colonização européia do Novo Mundo, a conhecida e influente *História Filosófica e Política das Possessões e do Comércio dos Europeus nas duas Índias*.

A lista dos que se serviram das narrativas de viagem para abordar um aspecto qualquer do ainda misterioso continente americano é enorme. A bem da verdade, boa parte do que os europeus escreveram sobre a América – e também sobre a Índia, sobre o Oriente e sobre as terras do Pacífico Sul –, durante os dois séculos que se seguiram ao período áureo da expansão ultramarina, baseou-se em relatos de viagem, relatos de aventureiros e exploradores que, muitas vezes à custa da própria vida, viram com os *olhos da cara* aquelas terras que tanto atiçavam a imaginação dos seus contemporâneos.

No referente à América portuguesa, isso é especialmente verdadeiro. O lusitano, ciumento e cuidadoso, nem abriu o seu rico território nos trópicos à exploração de sábios estrangeiros (a proibição da vinda de estrangeiros para o Brasil é do início do século XVII), nem tampouco cuidou de alimentar o insaciável apetite do público europeu por novidades sobre tão cobiçadas terras. Não foi, pois, sem razão que, em 1787, o tenente inglês Watkin Tench, de passagem pelo Rio de Janeiro, iniciou a sua descrição da cidade com a seguinte advertência:

O Brasil é um território muito mal conhecido na Europa.

Os portugueses, por razões políticas, não divulgam quase nenhuma informação sobre essa sua colônia. Daí, as descrições vinculadas nas publicações geográficas inglesas serem, estou certo, terrivelmente errôneas e imperfeitas. (França, 1999, p. 189)

Em virtude dessa postura xenófoba e lacônica de Portugal, a narrativa de viagem transformou-se num dos poucos instrumentos de que dispunha o europeu mediantemente culto para conhecer um pouco mais sobre o exótico Brasil. Destarte, acabou por ser das notas quase sempre apressadas tomadas por aventureiros durante curtas arribadas em portos brasileiros que, por mais de três séculos, os habitantes da velha Europa tiraram os

subsídios para compor a sua imagem do mundo que o português estava construindo nos trópicos.

Mas quais eram, afinal, os contornos desse mundo para os relativamente poucos europeus que o visitaram durante os três séculos subseqüentes ao descobrimento? Em linhas gerais, as descrições do Brasil colonial deixadas por viajantes estrangeiros, desde muito cedo, inclinaram-se a contrapor a exuberância e a prodigalidade da terra ao caráter vicioso e corrompido dos seus habitantes. No tocante à terra, como bem destacou Sérgio Buarque de Holanda no seu *Visão do paraíso*, o visitante europeu tendeu a identificar na natureza dos trópicos indícios de um certo paraíso terrestre, indícios como a amenidade do clima, o verde eterno das árvores, a abundância de frutas, a fertilidade da terra, a fartura de águas, a variedade e o colorido dos pássaros etc. Nicolas Barré, por exemplo, que desembarcou na Baía de Guanabara em 1576, diz ter se surpreendido com a temperatura que encontrou na então denominada *zona tórrida*, pois,

[...] ao contrário do que diziam os antigos, pareceu-nos bastante temperada, de tal modo que os homens que estavam vestidos não precisaram de se despir e os que estavam despidos não careceram de se cobrir. (França, 2000, p. 333)

Esse suposto clima temperado também surpreendeu positivamente James Forbes, um inglês amante da história natural, que, mesmo passando pelo Brasil em pleno verão de 1765, pôde afirmar:

[...] a fertilidade dos vales, a suavidade do clima e a beleza da vida animal e vegetal conferem especial interesse a esta parte da América do Sul. (França, 1999, p. 114)

E Forbes não foi o único a não se abalar com o calor tropical e a insistir na *suavidade* do clima da América portuguesa. Antes dele, em 1711, o soldado francês François du Parscau, mesmo depois de suar o seu uniforme durante quase um mês no Rio de Janeiro, comentou:

[...] o clima é muito agradável e sadio. Excetuando as chuvas abundantes, em certas estações, e alguns dias de calor, quando falta a viração, pode-se dizer que é muito bom e, apesar de o local se encontrar muito próximo do Sol, temperado. (França, 2000, pp. 132-133)

Houve mesmo quem visse nesse clima quase perfeito propriedades terapêuticas. Foi esse o caso de um oficial anônimo da marinha francesa, cujo navio, carente de víveres e abarrotado de doentes, aportou no Rio de Janeiro em abril de 1748. Passada pouco mais de uma semana de ancoragem, o oficial, que então fazia as vezes de administrador de um hospital improvisado, asseverou:

[...] nossos doentes, por uma espécie milagre – que atribuímos aos muitos cuidados que receberam, mas também, e sobretudo, à qualidade do clima e dos víveres –, estavam quase todos convalescentes e, tanto quanto lhes permitiam suas forças e o administrador, voltaram a trabalhar. (França, 2000, p. 204)

Não foram, porém, todos os visitantes que insistiram em reafirmar a idéia corrente de que o clima da América portuguesa era temperado e salubre. Já em 1649, o poeta inglês Richard Flecknoe, que se gaba de ter sido o primeiro *turista* a pisar em terras brasileiras, comenta que o clima do “país é quente e, devido às chuvas abundantes e contínuas, úmido” (França, 1999, p. 36). Em 1663, outro visitante inglês, o marujo Edward Barlow, é ainda mais preciso:

No que se refere ao clima, o inverno daqui é o nosso verão. E mesmo durante esse inverno, excetuando os dias de chuva, o clima é mais quente do que aquele que temos durante o verão. (França, 1999, p. 47)

Contudo, é só a partir de meados do século XVIII que o calor dos trópicos passa realmente a *incomodar* os visitantes estrangeiros, incomodar ao ponto de suscitar em alguns deles comentários como o do soldado inglês Samuel Holmes:

O clima é quente e insalubre, sujeito a tempestades, trovões, relâmpagos, chuvas e ventos variáveis. Sem as brisas marítimas, que sopram no período da tarde, a temperatura seria insuportável. (França, 2000, p. 254)

Mas, como referimos, a América portuguesa construída nas páginas dos relatos de viagem não se caracterizava apenas pelo seu clima *suave* (ou *sufocante*). O oficial da tropa de Duguay-Trouin, Chancel de Lagrange, por exemplo, deixou-se seduzir tanto pela clima e variedade das frutas quanto pelo verde permanente da vegetação:

Desfrutando de um clima continuamente temperado, [a região] está sempre coberta por laranjeiras, limoeiros, canas-de-açúcar e árvores constantemente verdes. (França, 2000, p. 134)

Tamanha exuberância também não passou despercebida ao oficial da marinha inglesa John Byron, avô do poeta Lorde Byron. O britânico, que visitou o Rio de Janeiro em 1764, encantou-se com a região e, em meio a muitos comentários elogiosos, afirmou:

O local onde [a cidade do Rio de Janeiro] foi construída é muito agradável, especialmente devido ao grande número de árvores que o rodeiam, árvores que conservam o seu verdor durante todo o ano. (França, 1999, p. 109)

Sentimento semelhante é compartilhado por outro britânico, o preceptor John Barrow. Durante os vinte e poucos dias em que o seu navio permaneceu ancorado no porto carioca, em dezembro de 1792, Barrow dispôs-se a participar de uma pequena excursão pela floresta da Tijuca, deixando registrado sobre a aventura, entre outros comentários, o seguinte:

Nessa floresta, tivemos muito tempo para descansar sob a sombra fresca de majestosas árvores, verdes mesmo depois de séculos de existência, e ouvir o concerto campestre executado por inúmeros pássaros que nunca tínhamos visto. (França, 1999, p. 224-225)

Tão impressionante para os visitantes quanto a exuberância da vegetação local – cuja variedade levou Flecknoe a afirmar que “nem uma só árvore ou planta [...] apresentava semelhança com as da Europa”. (França, 1999, p. 36) – era a diversidade da fauna, especialmente dos pássaros. Raro foi o visitante que deixou de se referir, com mais ou menos detalhes, às exóticas e vistosas aves do Brasil – país outrora conhecido como *Terra dos Papagaios*. O mencionado Flecknoe, por exemplo, legou-nos a esse respeito uma colocação lapidar. Depois de alguns passeios pelos arredores do Rio de Janeiro, o poeta inglês sentenciou:

As aves são tão belas que poderíamos afirmar que a natureza aprendeu aqui os seus matizes antes de pintar as nossas. Conquanto os pássaros da Arábia sejam chamados aves do Paraíso, merece o Brasil o nome de Paraíso das aves. (França, 1999, p. 38-39)

Duas décadas mais tarde, Edward Barlow engrossou o coro dos seduzidos pela variedade e pelo colorido dos pássaros tropicais:

As redondezas da cidade são cobertas por florestas e cortadas por riachos, daí a presença de muitos animais selvagens, como os leopardos e os tigres, e de uma infinidade de pássaros, como os papagaios, os periquitos e as araras. Estas últimas são grandes e cobertas de penas de todas as cores; os papagaios são geralmente verdes, possuindo somente uma pequena mancha de outra cor na cabeça ou no peito. (França, 1999, p. 47)

Passam-se os anos e o fascínio permanece. Em 1768, o renomado capitão Cook, malgrado a desagradável recepção que teve no Rio de Janeiro – foi muitíssimo mal recebido pelo então vice-rei Conde de Azambuja –, não deixou de manifestar o quanto lhe agradaram a flora e a fauna locais, especialmente as aves:

As imediações da cidade que tivemos oportunidade de conhecer são muito agradáveis. Os lugares mais selvagens são cobertos por uma grande quantidade de flores, que, no tocante ao número e à beleza, superam aquelas dos jardins mais elegantes da Inglaterra. Sobre as árvores e arbustos é possível encontrar uma quantidade infinita de pássaros, a maior parte deles coberta com plumagem brilhante. O que mais chamou a nossa atenção foi o colibri. (França, 1999, p. 135)

O colibri (beija-flor) e o papagaio, a propósito, gozaram, entre os incontáveis pássaros que povoavam aquele Brasil construído nas páginas dos relatos de viagem, de um lugar de grande destaque. Os papagaios, em especial, devido a sua peculiar capacidade de imitar a voz humana, tocaram sensivelmente a imaginação dos europeus e foram traficados em larga escala para o Velho Mundo.¹

Nada, todavia, em se tratando da natureza dos trópicos, mereceu mais atenção do visitante do que a prodigalidade do solo. A opinião de Caminha, segundo a qual, “querendo-a aproveitar [a terra], dar-se-á nela tudo”, parece ter sido ouvida antes mesmo de sua carta vir a público (o documento seria editado somente no século XIX).

É difícil encontrar um relato acerca da América portuguesa em que não haja ao menos uma pequena referência ao quão fértil era o solo local. Recorramos mais uma vez ao poeta Flecknoe:

A terra é quase toda coberta de matas e, com o solo virgem desde a criação do mundo, produz, sem nenhuma cultura, árvores frondosas e enormes, algumas das quais com sete ou oito braços de diâmetro e mais de 70 ou 80 de altura. (França, 1999, p. 36)

O mencionado Almirante John Byron, bem mais generoso em detalhes do que Flecknoe, expressa ainda melhor o quão pródiga era, da perspectiva de um estrangeiro, a terra do Brasil:

O solo do Brasil é muito fértil e, entre outras coisas, possibilita o desenvolvimento de árvores altíssimas, próprias para variados usos e completamente estranhas para os europeus. Os bosques estão repletos de excelentes frutas, muitas das quais desconhecidas na Europa e no restante da América. As laranjas, os limões e outras frutas próprias dos climas quentes são tão fáceis de encontrar nos bosques desse país quanto as avelãs nos bosques da Inglaterra. (França, 1999, p. 110)

Reencontramos quase o mesmo raciocínio, já em pleno século XIX, na curiosa narrativa do renomado explorador do rio Congo, James Kingston Tuckey, que visitou o Brasil em 1803. O experiente e viajado visitante teceu sobre o solo carioca um comentário de causar inveja aos mais exaltados patriotas brasileiros do Oitocentos:

O solo é tão rico que o fazendeiro tem de estar atento para impedir o rápido crescimento da mais luxuriante vegetação, bem como de matos e arbustos. Poucos meses de negligência são suficientes para que o solo cubra-se com uma vegetação rasteira cerrada, entrelaçada com impenetráveis parreiras de chão. (França, 2000, p. 272)

Ocorre, porém – e aqui entramos na construção da imagem do mundo que o português estava criando nos trópicos –, que a constatação da enorme prodigalidade da terra do Brasil vem quase sempre acompanhada de cortantes observações sobre o quão sem cultivo era essa mesma terra e o quanto as poucas culturas existentes eram mal cuidadas. Daí passa-se, inevita-

¹ Para maiores detalhes sobre o fascínio do europeu pelo papagaio e a importação dessa ave pelo Velho Mundo, ver: Holanda (1969, cap. VIII).

velmente, a uma apreciação da qualidade dos colonos, apreciação, na quase totalidade dos casos, bastante negativa. O citado James Tuckey segue à risca tal percurso. Depois de ressaltar as qualidades do solo – qualidades que compensavam até mesmo a *inércia dos portugueses* – e o pouco caso dos colonos com o cultivo da terra, o inglês arremata:

O progresso do distrito do Rio de Janeiro [...] tem sido rápido. Nada, é certo, que se compare ao desenvolvimento que teria a região se tivesse sido colonizada por um povo mais industrioso. (França, 2000, p. 274)

Deparamos, enfim, com a grande *mácula* que o viajante europeu detectou no paraíso terrestre dos trópicos: o colono. Notável é que tal percepção remonta aos primeiros relatos sobre o país – aqueles dedicados a descrever a incipiente vida das cidades locais – e é consensual entre os visitantes. Consensuais igualmente são as razões que levaram tais homens – provenientes de países, contextos sociais e épocas variadas – a terem uma impressão tão ruim dos portugueses da América. O holandês Dierick Ruiters, por exemplo, que permaneceu por cerca de um ano aprisionado no Rio de Janeiro (1618), desgostou-se, entre outras coisas, com a crueldade desses colonos:

Vi, certa feita, um negro faminto que, para encher a barriga, furtara dois pães de açúcar. Seu senhor, ao saber do ocorrido, mandou amarrá-lo de bruços a uma tábua e, em seguida, ordenou que um negro o surrasse com um chicote de couro. Seu corpo ficou, da cabeça aos pés, uma chaga aberta, e os lugares poupados pelo chicote foram lacerados à faca. Terminado o castigo, um outro negro derramou sobre suas feridas um pote contendo vinagre e sal. O infeliz, sempre amarrado, contorcia-se de dor. Tive, por mais que me chocasse, de presenciar a transformação de um homem em carne de boi salgada e, como se isso não bastasse, de ver derramarem sobre suas feridas piche derretido. O negro gritava de tocar o coração. Deixaram-no toda uma noite, de joelhos, preso pelo pescoço a um bloco, como um mísero animal, sem ter as suas feridas tratadas. Fui testemunha ainda de outras barbaridades praticadas por portugueses e espanhóis contra os seus escravos. (França, 2000, p. 41)

Décadas mais tarde, em 1698, o engenheiro fran-

cês François Froger também observou que os colonos eram cruéis, e, não contente, taxou-os ainda de desonestos e pintou-os com cores bem pouco singelas:

Em geral, são possuidores de numerosos escravos e de famílias inteiras de índios, mantidas a contragosto nos engenhos. Os escravos ocupam-se da quase totalidade dos trabalhos da casa, o que torna os habitantes moles e efeminados, ao ponto de serem incapazes de se abaixar para apanhar um alfinete. O excesso é tão comum entre eles que, não somente os burgueses, mas também os religiosos, podem manter relações com mulheres públicas sem temerem ser alvos da censura e da maledicência do povo. A impureza não é a única falta comum a esses monges ímpios. Eles vivem na mais absoluta ignorância e pouquíssimos sabem latim. Temo que eles nos façam assistir, em breve, ao incêndio de uma nova Sodoma. (França, 1999, p. 52)

Preguiçoso, cruel e libertino, eis três dos qualificativos mais utilizados pelos viajantes estrangeiros quando se trata de descrever os portugueses aclimatados nos trópicos. Froger está muito longe de ter sido o único a lançar mão desses ou de algum sinônimo para defini-los. Tanto é assim que, em 1703, poucos anos depois de sua visita, um comissário (anônimo) da Companhia das Índias Ocidentais, após visitar a Baía de Todos os Santos e o Rio de Janeiro, escreveu a um amigo em Paris:

Os homens de bem [...] são acusados, e não sem razão, de serem vaidosos, arrogantes e cruéis para com os seus subordinados. Conta-se, a propósito disso, que um capitão de navio golpeou mortalmente um marujo pelo simples fato de este ter sido pouco cortês. A maioria desses homens é totalmente avessa ao trabalho, preguiçosa e muito inclinada à volúpia. Nem mesmo os padres e monges estão isentos desses vícios. A luxúria, especialmente, tornou-se tão familiar entre eles que sequer se dão ao trabalho de ocultá-la. (França, 1999, p. 64)

Avançando um pouco mais no tempo, até o ano de 1757, reencontramos quase as mesmas idéias na apreciação que M. de la Flotte fez dos cariocas:

Uma estadia de quase dois meses bastou-me para examinar os costumes e o caráter dos portugueses. Cedo percebi que esta terra fértil e rica, dotada de um clima delicioso, era

habitada por uma nação indigna desses prodígios. Eu não quero confundir os colonos que se encontram no Rio de Janeiro com os seus compatriotas que, vivendo sob os olhos do Príncipe, respeitam as leis. Na Europa, a vida civil e a vida política formam uma cadeia imensa e indissolúvel; para além de suas fronteiras, porém, essa cadeia perde a sua consistência em razão da distância, da mistura dos povos e da impunidade dos infratores. Dito isto, não deve causar espanto a afirmação de que a corrupção é quase generalizada entre os habitantes do Brasil. O orgulho, a superstição, o ciúme, a preguiça e o deboche são levados ao extremo por esses colonos. (França, 1999, p. 103)

Cerca de dez anos antes (1748), um outro visitante, dessa feita um oficial anônimo da marinha francesa, descrevera com mais detalhes um traço de caráter do carioca – mencionado somente de passagem por M. de la Flotte e pelo Comissário da Companhia da Índias Ocidentais – que muito seria lembrado pelo europeu ao referir-se aos portugueses da América: a vaidade.

O Rio de Janeiro e seus arredores são povoados por brancos, mas há, na região, um número inacreditável de negros e mulatos. A cada dia que passa, o sangue mistura-se mais e mais, pois o clima e a ociosidade tornam o povo fortemente inclinado à libertinagem. A ociosidade, a propósito, passa, entre eles, por sinal de dignidade, pois jamais pensam no bem comum, agindo somente em proveito próprio. E isso num país que oferece tudo sem muito esforço. Todos querem ser nobres e gostam de mostrar desprezo pelas atividades produtivas, como se o trabalho honesto tornasse o homem menor. Eles levam tal comportamento tão longe que coisas simples como dar ordens aos escravos e fiscalizar o seu trabalho parecem-lhes contrárias à grandeza e à opulência que ostentam. (França, 2000, p. 211)

O rol dos traços negativos que os viajantes viram nos colonos portugueses não se esgota aí. Os protestantes, que visitaram os trópicos mais rigorosos, enriqueceram-no com maldosas observações sobre a superficialidade e espetacularidade da religião cristã praticada por esses colonos – prática que acabava por degradar a própria religião, como reclamava M. de la Flotte em 1757. A esse respeito são ilustrativas as observações de dois visitantes: os protestantes ingleses Arthur Phillip e George Vason (ou Veeson). O primeiro, pelo visto, impressionou-se muito negativamente com a religiosidade do carioca, pois nas poucas páginas do seu relato em

que assinala a sua passagem pelo Rio de Janeiro, em 1787, não se esquece de tecer um longo e pouco simpático comentário sobre o assunto:

O que neste país mais chama a atenção de um estrangeiro, principalmente de um protestante, é a quantidade prodigiosa de imagens de santos espalhadas pela cidade e a devoção de que são alvo. Essas imagens estão colocadas em quase todas as ruas e os habitantes jamais passam por elas sem fazer uma respeitosa saudação. Durante a noite, os devotos reúnem-se em torno do seu santo de eleição, recitam preces e cantam, em bom som, hinos religiosos. Os costumes dos habitantes, no entanto, segundo se comenta, não faz jus a esse excesso de fervor. Mas, é preciso dizer, em todos os países, sob todos os climas, os atos exteriores de devoção superam os atos interiores, estes bem mais essenciais. (França, 1999, p. 178)

Quanto a Vason, um pastor protestante que passou pelo Rio de Janeiro em 1796 a caminho de uma aventura missionária no Taiti, depois de duas semanas de estadia na cidade, deixou essa breve mas contundente observação sobre a religiosidade dos habitantes:

Deixamos a cidade, lamentando a ignorância e a superstição dos habitantes. Chegamos mesmo a comentar: Trata-se de um lugar mergulhado na quase completa escuridão. A religião idólatra e anticristã que pratica o povo não está muito longe dos cultos pagãos. (França, 1999, p. 243)

Até mesmo um católico, o espanhol Francisco de Aguirre, que residiu dois meses no Rio de Janeiro em 1783 e pôde conhecer mais de perto o cotidiano da população local, lançou dúvidas sobre a devoção dos cariocas. Após testemunhar um grande número de movimentadas procissões, devotadas penitências e animadas novenas, o espanhol cogitou:

[...] a tomar pelas manifestações exteriores de devoção, os portugueses do Rio de Janeiro são realmente os melhores católicos do mundo. Contudo, tais manifestações nem sempre correspondem à devoção íntima, aos sentimentos que vão na alma. (França, 1999, p. 164)

O tal *rol de imperfeições* dos colonos, contudo, ainda não está completo. Ele apresentaria uma grave lacuna se não acrescentássemos ao menos um item a mais: o ciúme. A reputação de que os portugueses dos trópicos

eram destemperados em matéria de amor e capazes de atos treloucados em seu nome estava tão consolidada na Europa que o mencionado James Tuckey, otimista com as mudanças pelas quais supunha passar os hábitos e os costumes dos cariocas na virada do século, assevera:

Viajantes anteriores sempre lamentaram a dificuldade que encontravam para pôr os olhos sobre uma brasileira decente. Tal situação, no entanto, alterou-se muito. Hoje, a bem da verdade, as maneiras das mulheres do Rio de Janeiro, das solteiras especialmente, aproximam-se muito mais da informalidade das inglesas do que da pudica reserva que, dizem, caracteriza as portuguesas. E como melhoraram os costumes do povo em geral, o ciúme de outrora vem dando lugar a uma gentil atenção para com o sexo oposto. Os homens começam a depositar confiança nas mulheres, as quais, mais conscientes do seu próprio valor, rapidamente estão adquirindo aquele amor próprio que sustenta a virtude feminina. (França, 2000, p. 267)

Muitos foram os “viajantes anteriores” que lamentaram a impossibilidade de contatar com as mulheres cariocas, tamanho era o ciúme do sexo oposto, um ciúme que, segundo eles, não raro ocasionava um crime de sangue. Corria, inclusive, entre os navegadores a história de que um capelão da embarcação que acompanhava o navio do renomado Louis Antoine Bougainville, ao passar pela cidade em 1768, metera-se numa querela amorosa e acabara assassinado. É difícil dizer se a história procede. Bougainville, no seu relato, menciona a morte do capelão, mas não revela os motivos do assassinato. Entre os europeus, no entanto, o caso tomou ares de verdade, o que não é de espantar, na medida em que a opinião corrente era, com mais ou menos floreios, a expressa pelo cirurgião inglês George Hamilton em 1790:

Aqui, os estiletos são muito utilizados, os assassinatos são freqüentes, os homens são possuídos por um ciúme sanguinário e as mulheres, que nunca aparecem em público sem a proteção de um véu, são muito dadas à galanteria. (França, 2000, p. 242)

A propósito do comentário de Hamilton, se tomarmos ao pé da letra o que insinua o cirurgião inglês e uma dúzia de outros visitantes, os colonos tinham razão de sobra para desconfiar de suas parceiras, pois elas, como

então se dizia, não primavam pelo recato. Talvez o grande propagador na Europa dessa imagem ruim da mulher brasileira tenha sido o capitão James Cook. De passagem pelo Rio de Janeiro em 1768, o renomado capitão (protagonista de três viagens de circunavegação) fez uma série de considerações sobre as cariocas que acabaram por virar cantilena entre os viajantes que lhe sucederam. Eis o que diz Cook:

Creio que todos estarão de acordo em admitir que as mulheres das colônias espanholas e portuguesas da América meridional concedem seus favores mais facilmente do que aquelas dos países civilizados. No que se refere ao Rio de Janeiro, algumas pessoas chegam a afirmar que na cidade não há uma única mulher honesta. Essa condenação é seguramente muito generalizante. O Dr. Solander, todavia, durante sua permanência na cidade, não foi capaz de elogiar a castidade dessas senhoras. Disse-me ele que, ao cair da noite, elas apareciam nas janelas, só ou acompanhadas, e jogavam buquês de flores sobre os seus eleitos quando esses passavam pela rua. Ainda segundo o doutor, ele e mais dois ingleses que o acompanhavam receberam um número tal de distinções que, ao final de um curto passeio, os seus chapéus estavam cobertos de flores. (França, 1999, p. 134)

É verdade que, antes do capitão, outros viajantes, de um modo mais sutil, já haviam feito insinuações sobre a moralidade das cariocas. M. de la Flotte é um deles. O francês, que desembarcou no Rio de Janeiro em 1757, irritou-se enormemente com o ciúme doentio dos portugueses. Flotte narra a esse respeito um caso curioso. Conta-nos ele que participou de uma belíssima festa na cidade, oferecida pelo Governador, na qual não encontrou uma única mulher, pois estas haviam sido proibidas pelos seus pais e maridos de comparecerem a uma cerimônia em presença dos *galantes franceses*:

Imagine o leitor o quão animado foi esse baile e o quão viva foi a dança. Três ou quatro homens vestidos de mulher se prestavam a dançar com aqueles que quisessem representar este ridículo papel. O Governador, em vão, convidara as mulheres da cidade, mas os homens não permitiram que elas fossem. Sua Excelência desculpou-se e nos deu a entender o quanto lhe incomodava ter de conviver com semelhantes homens. (França, 1999, p. 106)

Mas segundo o mesmo M. de la Flotte, malgrado tamanho ciúme,

[...] não há no mundo cidade onde as mulheres sejam mais livres, o que conseguem servindo-se dos mesmos meios utilizados para impedi-las de o ser. Como todas se escondem atrás de um véu e se vestem de preto, é impossível ao olhar mais penetrante distingui-las umas das outras. Assim, uma mulher, sob pretexto de ir à igreja, pode tranqüilamente dirigir-se para um encontro amoroso sem ser reconhecida. Além disso, elas têm por hábito transformar em confidentes as velhas que as acompanham, velhas que, segundo o desejo dos maridos, deveriam atuar como guardiãs da honra de suas esposas. (França, 1999, p. 105-106)

Antes de Cook, pois, os visitantes europeus já apontavam *algo de liberal* no comportamento das cariocas. Depois dele, contudo, o *algo de liberal* transforma-se em desregramento de conduta e mesmo, na pena de certos visitantes mais exaltados, em verdadeira depravação. Tanto é assim que o inglês John Barrow, em 1792, sente-se na obrigação de defender as damas cariocas perante o público europeu. Após descrever longamente os seus hábitos e reproduzir a famosa passagem em que o capitão Cook os comenta, o cirurgião pondera:

No tocante à mulher carioca, confesso que, apesar das fortes suspeitas que pesam sobre ela, nenhum traço de sua conduta levou-me a julgá-la mais galanteadora ou imoral que as mulheres de outros países. (França, 1999, p. 221)

Como se vê, os visitantes europeus não julgavam de todo despropositado o ciúme dos cariocas, na medida em que, segundo esses mesmos visitantes, as cariocas não eram lá muito castas. Despropositado ou não, o certo é que o rótulo de ciumento, melhor, de perigosamente ciumento agregou-se de vez ao rol dos muitos defeitos dos portugueses da América, agregou-se de vez àquele rol que, como pudemos acompanhar, incluía ainda a crueldade, o pouco apreço pelas atividades produtivas, a desonestidade, a libertinagem e a vaidade excessiva.

Não é necessário ir mais além para concluir o quão ruim era a imagem desses homens para os visitantes europeus. Poderíamos mesmo dizer que os portugueses da América, descritos nos relatos de viagem, têm tantos defeitos quantas são as qualidades apontadas na nature-

za dos trópicos. Uma excelente síntese dessa oposição nos é dada, em 1748, pelo já referido oficial anônimo da marinha francesa. Para esse militar,

[...] os portugueses do Brasil, possuidores negligentes do mais belo país que o Sol ilumina, não retiram dele nenhum dos proveitos que um povo ativo e trabalhador retiraria. O ouro e as pedras preciosas são as únicas dádivas que esses colonizadores exigem dessa terra tão fecunda, terra que espera somente pelas ordens de seus mestres para prodigalizar tesouros mais úteis e mais naturais. (França, 1999, p. 85)

Eis um esboço muito breve da América portuguesa construída nas páginas dos relatos de viagem dos séculos XVII e XVIII, um esboço que, não obstante a sua precariedade,² dá-nos uma idéia razoável da imagem que tinham os europeus – aqueles mediantemente cultos, com acesso à instrutiva e volumosa literatura de viagem então disponível – do mundo que os portugueses estavam construindo nos trópicos.

Resta-nos, por fim, tecer algumas considerações sobre a serventia que pode ter hoje o esquadrinhamento e a análise dessa imagem. Dito mais claramente, resta-nos avaliar que utilidade pode ter para o brasileiro o conhecimento do Brasil colonial descrito nas narrativas de viagem européias. É certo que, uma vez submetidos a um exame crítico e confrontados com outras fontes coetâneas, esses textos podem ser utilizados como *documentos*, isto é, como testemunhos mais ou menos verossimilhantes do cotidiano de uma cidade colonial brasileira. Eles podem também, se precedidos de uma análise mais pormenorizada do seu lugar na sociedade européia de então, propiciar um melhor entendimento dos impactos que a descoberta e a exploração do Novo Mundo tiveram sobre a cultura do Velho Mundo.

A essas utilidades acrescentaria uma outra estreitamente relacionada com a história da formação da cultura e do povo brasileiros. Refiro-me ao estudo da influência que a imagem do Brasil elaborada pelos visitantes do Velho Mundo teve sobre a elite imperial

² Utilizei descrições de uma única cidade do Brasil colonial, o Rio de Janeiro, e servi-me muito modestamente, tanto quanto o permite o espaço de um ensaio, das muitas informações sobre o cotidiano dessa cidade encontradas nas narrativas citadas ao longo do texto.

brasileira da primeira metade do século XIX – a responsável pela implantação das bases da cultura que, depois de 1822, passou a autodenominar-se nacional. Ora, é sabido que boa parte dessa elite não somente obteve a sua formação cultural na Europa, como ainda sofreu uma influência sobremodo importante de muitos dos europeus (Debret, Denis, Spix e Martius, Rugendas, entre outros) que visitaram o Brasil na seqüência da abertura dos portos. É lógico supor que esses novos visitantes trouxeram consigo muitas daquelas noções veiculadas pelas narrativas dos visitantes que os antecederam, as mesmas noções que boa parte da elite brasileira vinha aprendendo nos compêndios de além-mar que lia e nas universidades européias que freqüentava. Caberia avaliar o quanto tais noções se incorporaram ao discurso sobre o país elaborado por essa elite e em que medida algumas delas ganharam foros de nacionalidade e entraram na composição da imagem que os brasileiros têm de si próprios e do seu país. Isso, todavia, é assunto para um outro ensaio.

JEAN MARCEL CARVALHO FRANÇA é doutor em Literatura Comparada pela UFMG e atualmente trabalha como pesquisador

da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), com o grupo Memória e Representação Literária (UNESP – Campus Assis). É autor, entre outros, de *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista* (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999) e *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial* (José Olympio, 2000. E-mail: jsfranca@uol.com.br

Referências Bibliográficas

- ATKINSON, Geoffroy, (1924). *Les Relations de Voyages du XVII^e siècle et l'Evolution des idées*. Paris: E. Champion.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho, (1999). *Visões do Rio de Janeiro colonial. Antologia de Textos (1531-1800)*. Rio de Janeiro: EDUERJ/José Olympio Editora.
- _____, (2000). *Outras visões do Rio de Janeiro colonial. Antologia de Textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- FRANÇOIS, Rabelais, (1872). *Oeuvres de François Rabelais*. Tome II, Paris: Daffis.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, (1969). *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional.